

Boletim Informativo | n. 29 | set. 2022

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de Fortalecimento dos
Instrumentos de Planejamento do SUS | **CGFIP**

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP**

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	3
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	4
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	8
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	12
Referências	24

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde e relatórios de gestão.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento** (DGMP) é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2022 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative

Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvms.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-2600
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Érico Rossano Moreto dos Santos

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Cristiano Freitas de Telles
Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Hugo Fricks Tonan Rosa
Luiza Maria Pereira Schaidt
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS *STATUS* NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos conselhos de saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

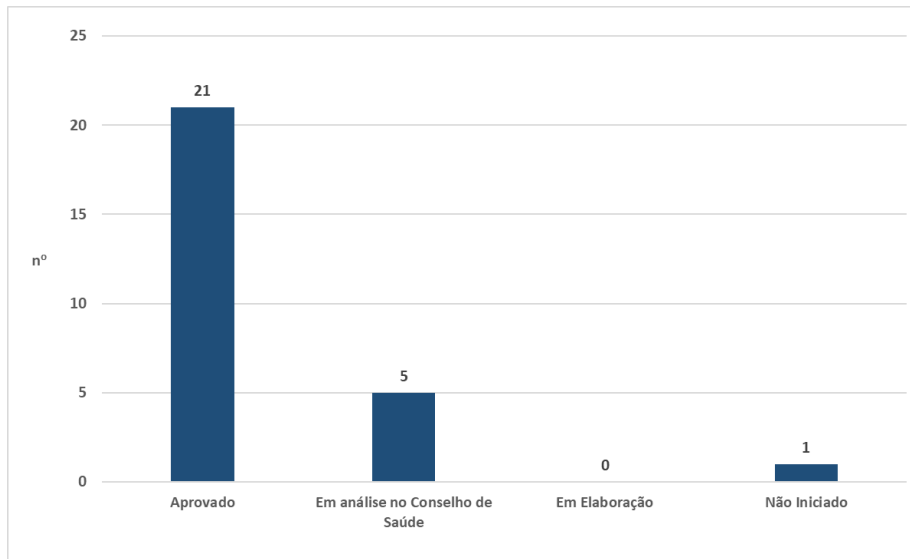


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Constatou-se o estado de Roraima não havia registrado o PS até a data de 30/09/2022 no DGMP. Observa-se que, para o quadriênio anterior (2016-2019), todos os estados e o Distrito Federal registraram o plano de saúde aprovado no DGMP.

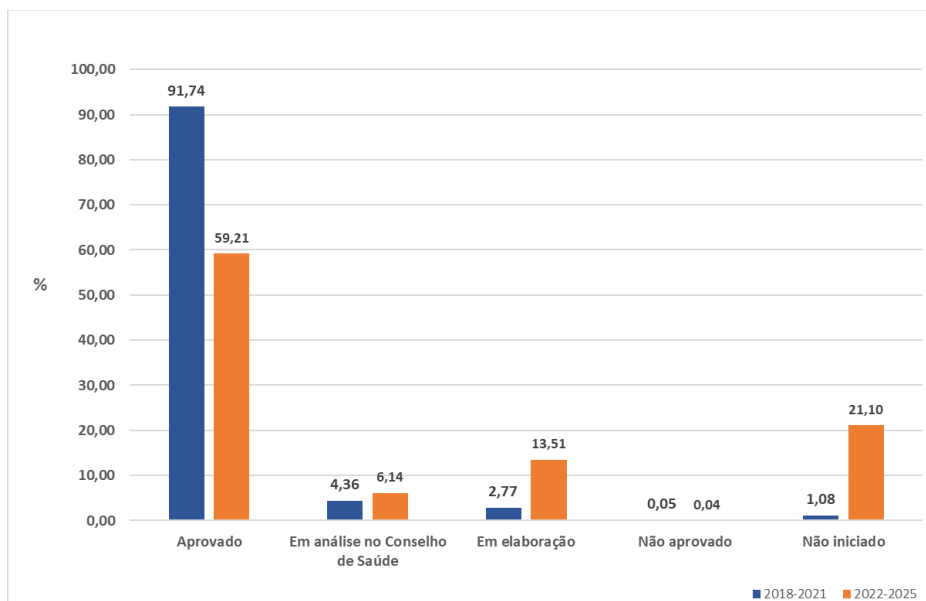
Gráfico 1 – Situação do plano de saúde das unidades federativas, segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Para os municípios, o PS vigente é para o quadriênio 2022 a 2025. Cerca de 59% dos municípios brasileiros registraram no DGMP informações relativas ao PS aprovado no CS. Ao longo de 2022, ainda serão apresentados neste boletim os resultados relativos ao período 2018-2021 (gráfico 2).

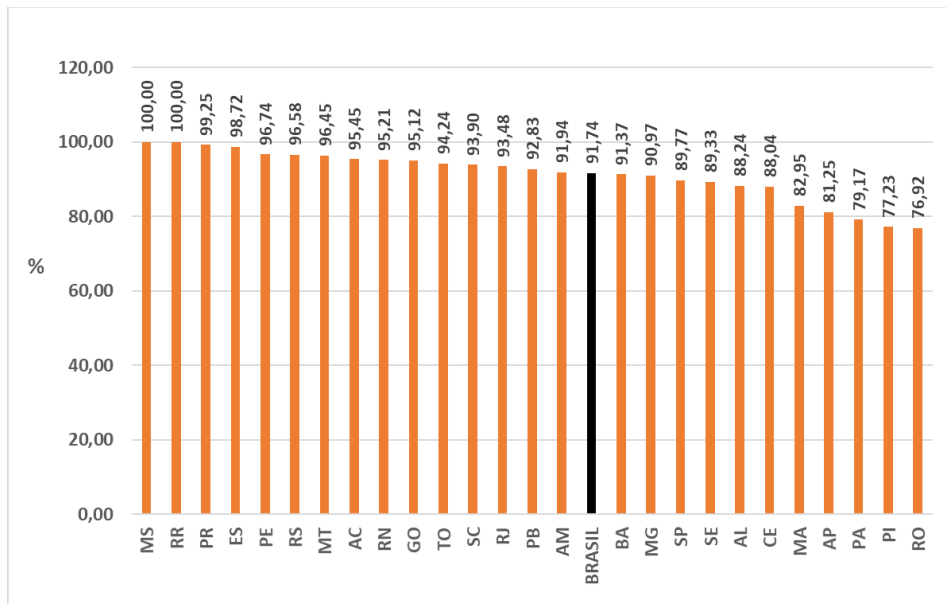
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

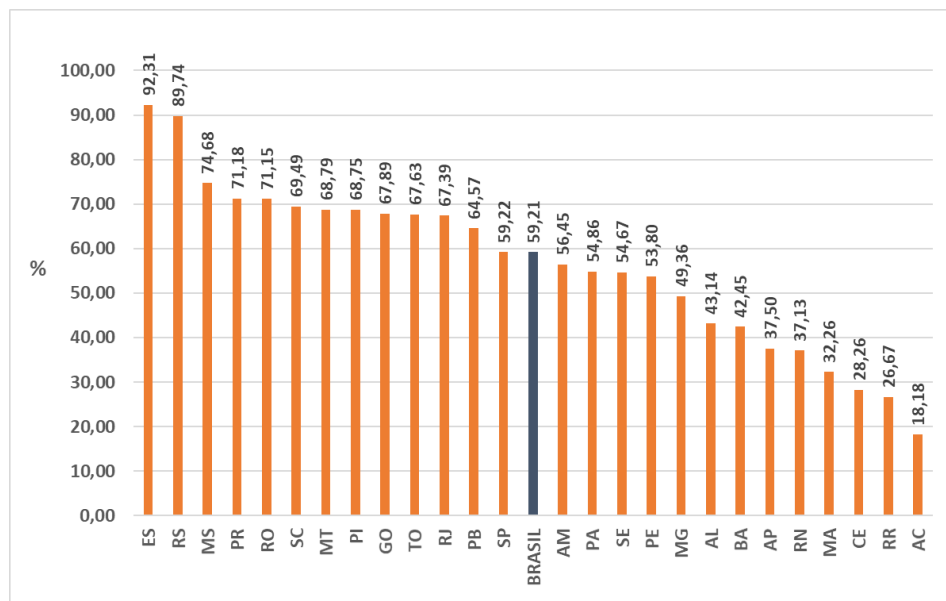
Os gráficos 3 e 4 detalham, respectivamente nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025, os resultados por estado, apresentando o percentual de municípios com plano aprovado de acordo com os registros no DGMP.

Gráfico 3 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2018-2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 4 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2022-2025)

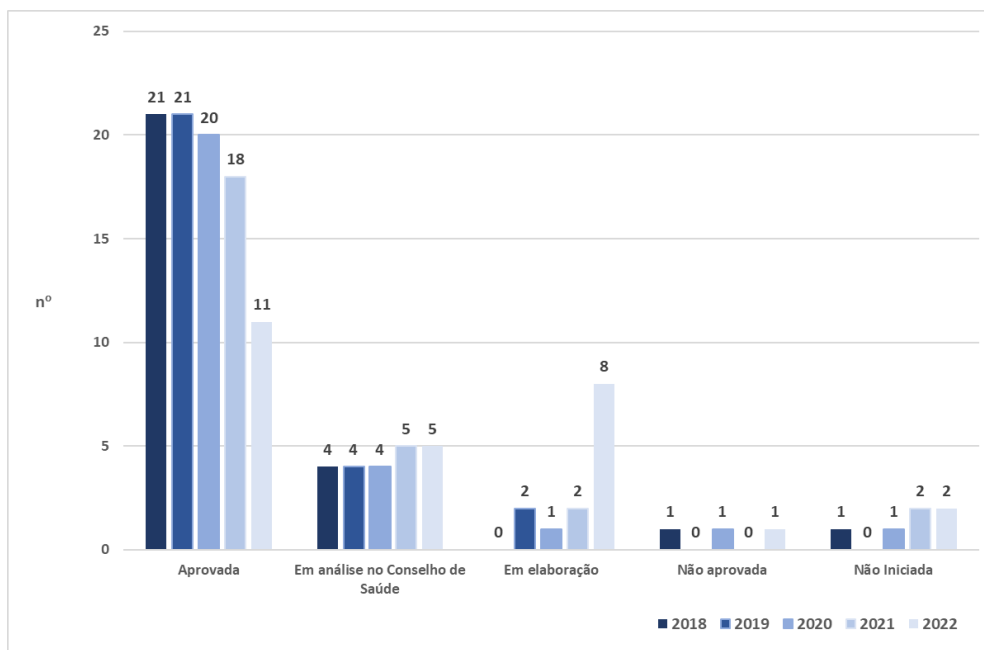


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para os quatro primeiros anos da série: 2018 (26), 2019 (25), 2020 (25), 2021 (23) e 2022 (17). Três unidades federativas não tinham iniciado o registro dos dados da PAS 2022 no sistema.

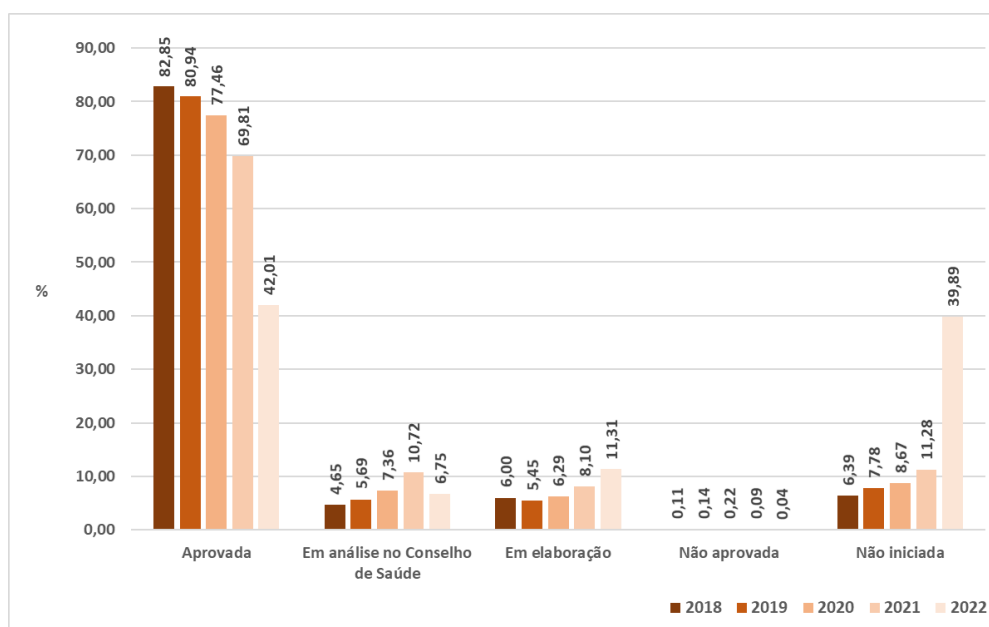
Gráfico 5 – Situação da PAS das unidades federativas, segundo status (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se que essa proporção foi maior nos anos iniciais da série: 2018 (87,61%), 2019 (86,77%), 2020 (85,04%), 2021 (80,62%) e 2022 (48,80%), conforme gráfico 6.

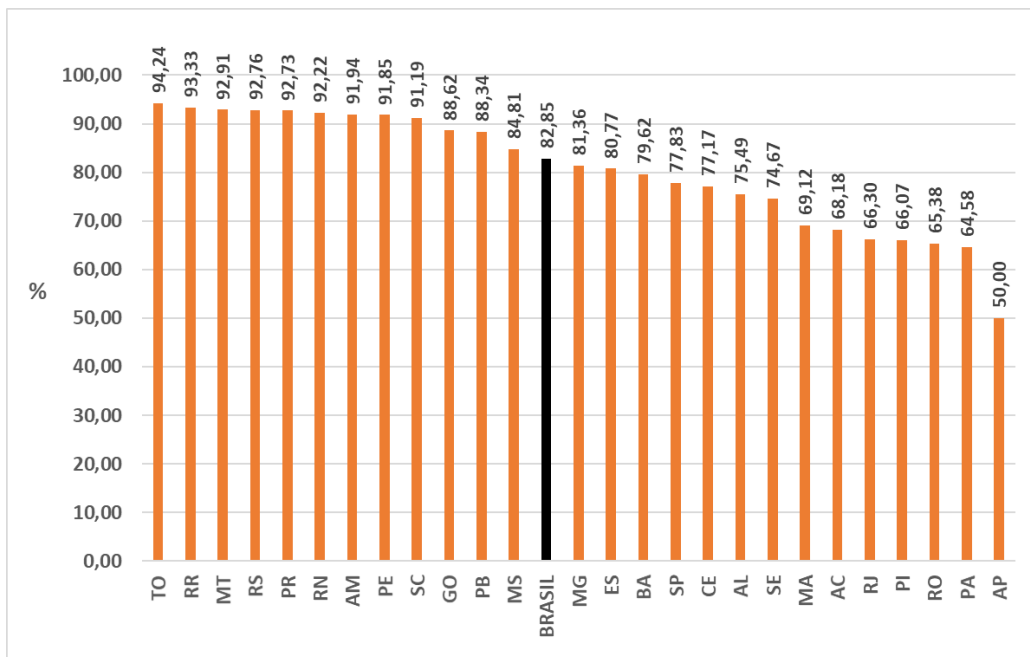
Gráfico 6 – Situação da PAS dos municípios brasileiros, segundo status (2018 a 2022) (Em %)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

No detalhamento da situação da PAS 2018 dos municípios por estado, observa-se que 94,24% dos municípios do Tocantins estão com esse instrumento aprovado de acordo com os registros no DGMP. A menor proporção foi observada no Amapá (50,00%), enquanto a proporção para todo o país foi de 82,85%. O gráfico 7 demonstra esse percentual em todos os estados brasileiros.

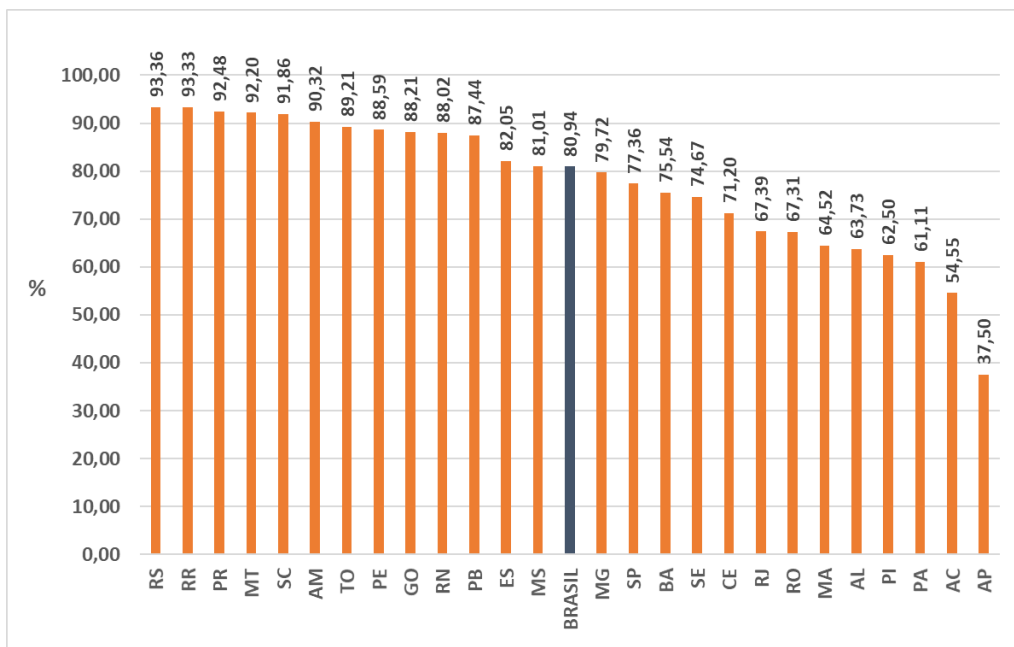
Gráfico 7 – Proporção de municípios com a PAS 2018 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (93,36%). A proporção para todo o país foi de 80,94%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

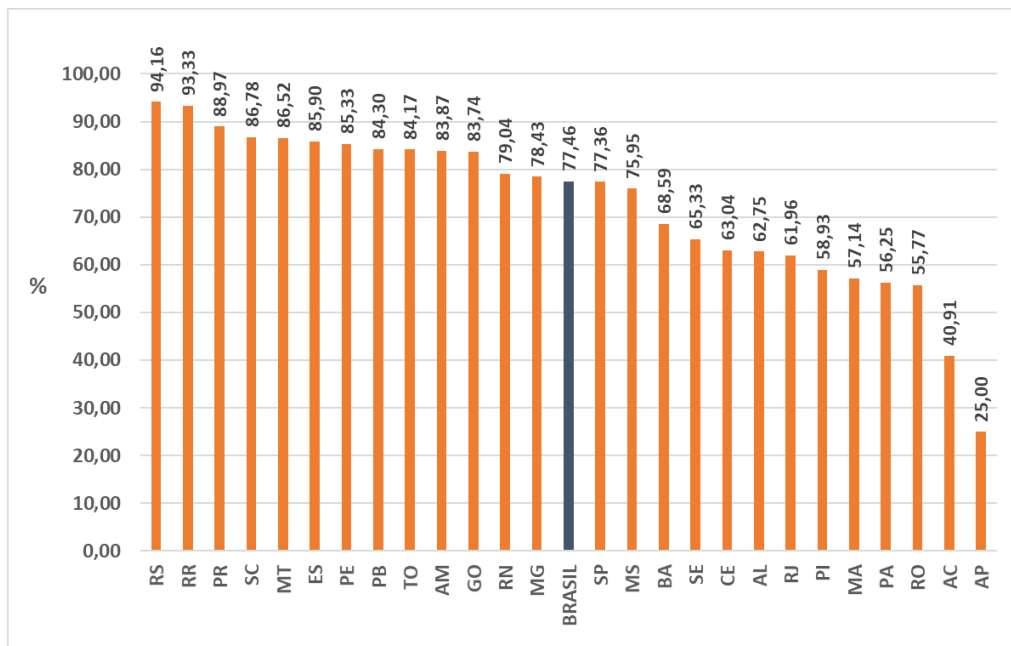
Gráfico 8 – Proporção de municípios com a PAS 2019 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Para a PAS 2020, a proporção de municípios brasileiros com o referido instrumento aprovado foi de 77,46%. A maior proporção foi observada no estado Rio Grande do Sul (94,16% dos municípios). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

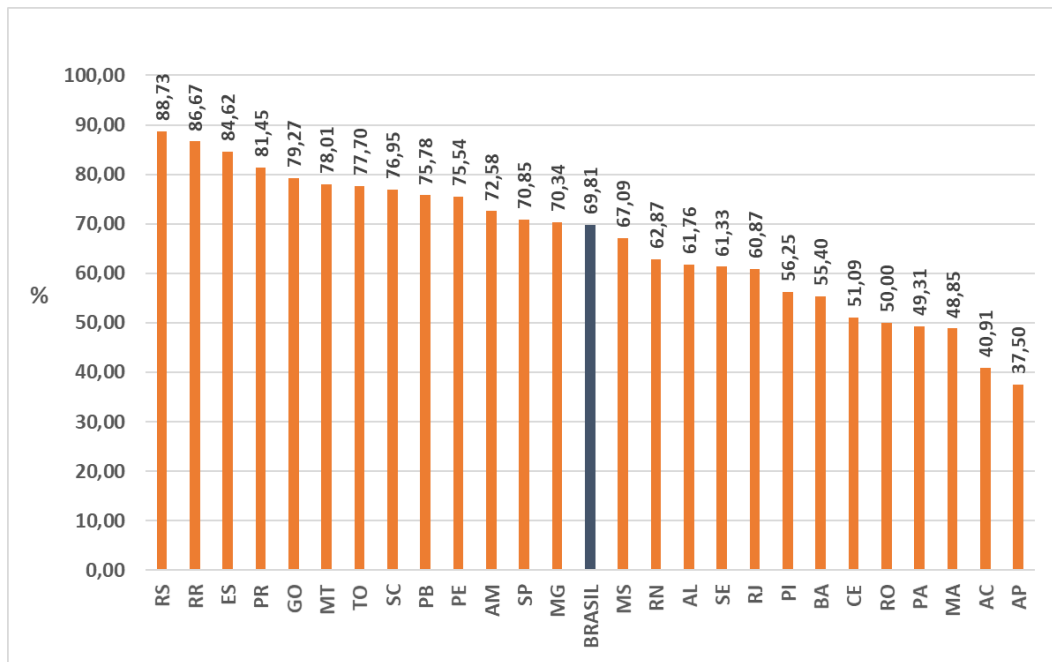
Gráfico 9 – Proporção de municípios com a PAS 2020 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

No referente à PAS 2021, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (88,73%). A proporção para todo o país foi de 69,81%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 10.

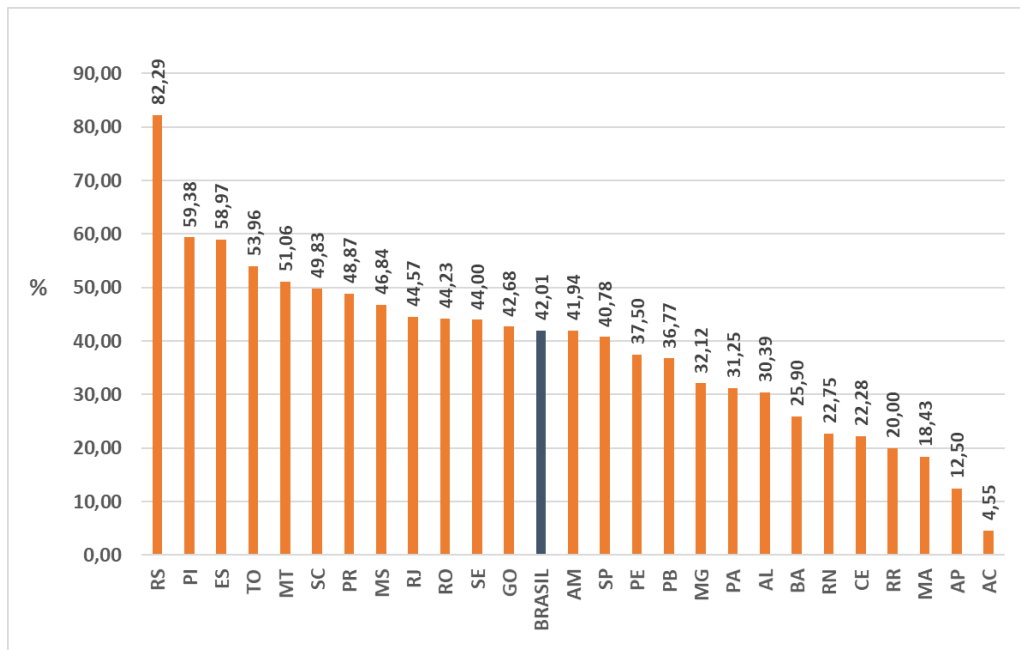
Gráfico 10 – Proporção de municípios com a PAS 2021 aprovada no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Para a PAS 2022, cerca de 42% dos municípios brasileiros estão com esse instrumento aprovado (gráfico 11).

Gráfico 11 – Proporção de municípios com a PAS 2022 aprovada no DGMP, segundo estado

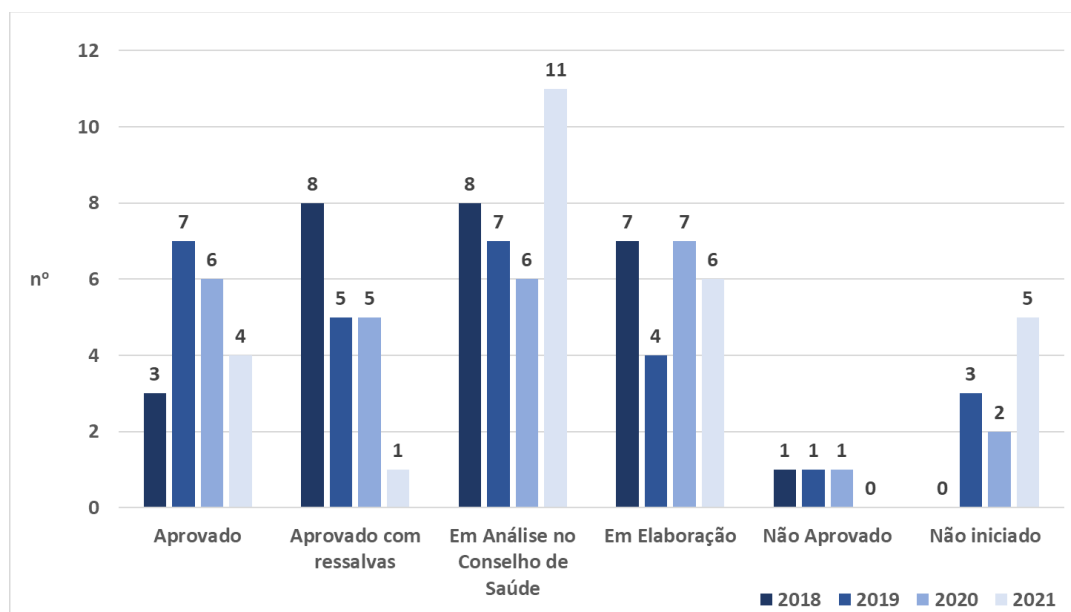


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

Mais da metade das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (20), 2019 (20) e 2020 (18) para apreciação do CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS). Para 2021, observou-se que 16 unidades federativas haviam realizado o encaminhamento, conforme gráfico 12.

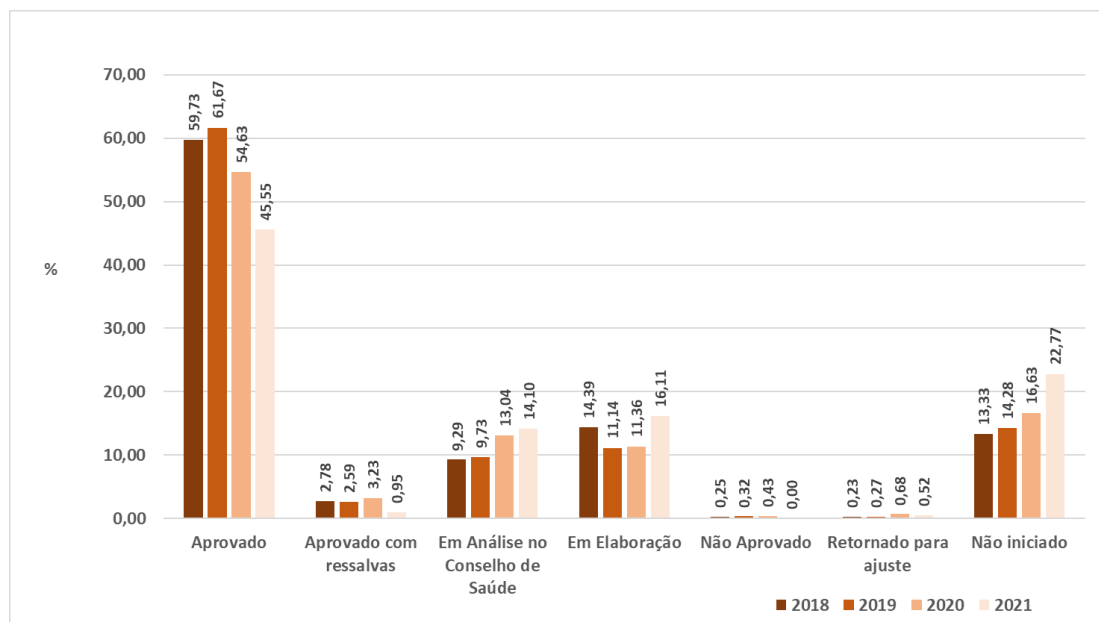
Gráfico 12 – Situação do relatório de gestão das unidades federativas, segundo status (2018 a 2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Quanto aos municípios, mais da metade encaminhou para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) o RAG 2018 (72,05%), RAG 2019 (74,31%) e o RAG 2020 (71,33%). Para o ano de 2021, a proporção observada foi de 60,60%, conforme gráfico 13.

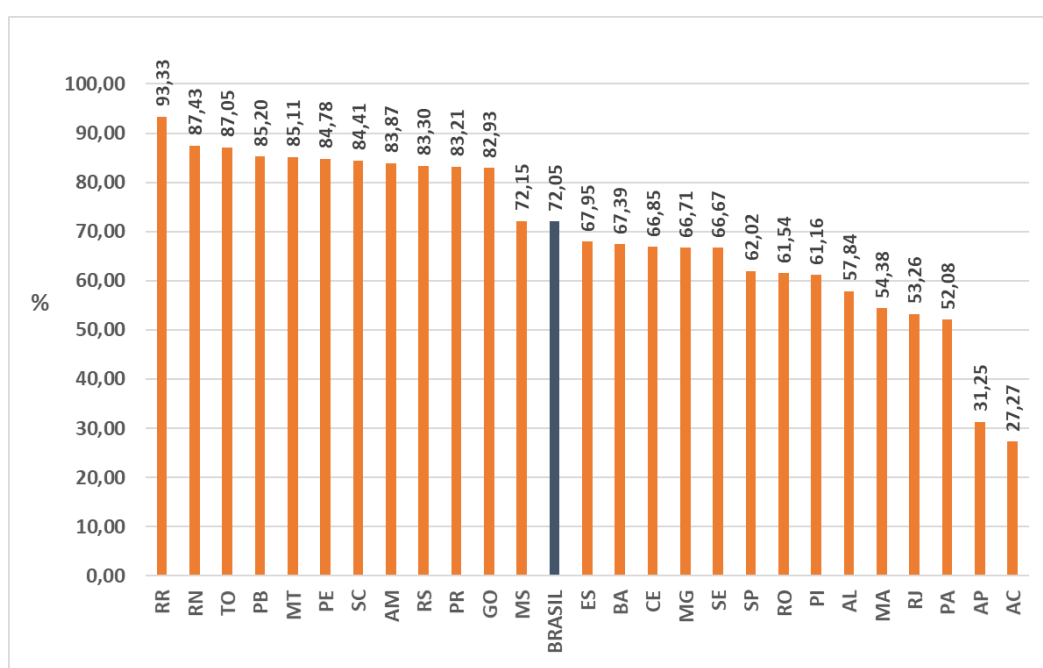
Gráfico 13 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Na análise por cada estado, em relação aos municípios que encaminharam o RAG 2018 (gráfico 14) para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS), observa-se a maior proporção no estado de Roraima (93,33% dos municípios). Considerando-se todos os municípios do país, a proporção é de 72,05%.

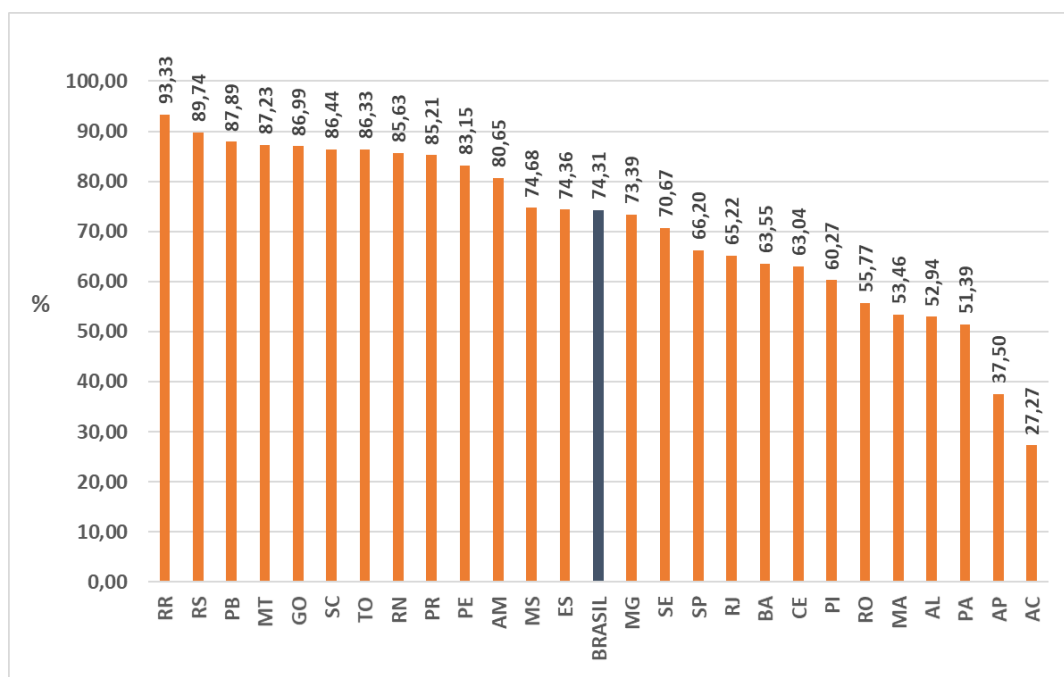
Gráfico 14 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Para o ano 2019, a proporção de municípios brasileiros que elaboraram e encaminharam o RAG no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) apresentou um pequeno incremento em relação ao ano anterior: 72,05% (2018) e 74,31% (2019). Destaque para o estado de Roraima (93,33% dos municípios). O detalhamento por estado é apresentado no gráfico 15.

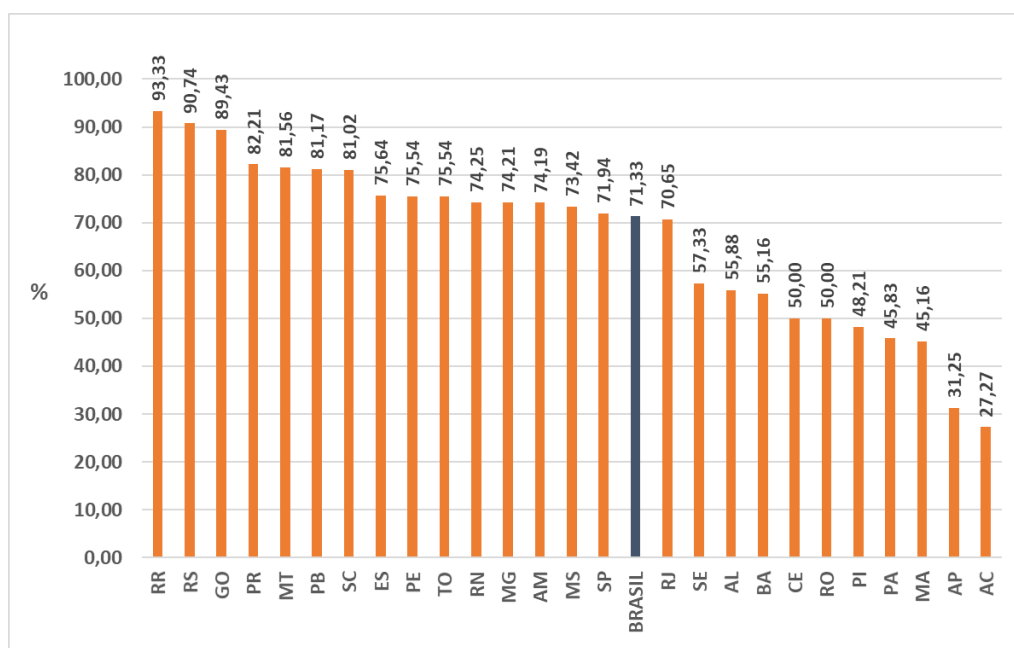
Gráfico 15 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Em 2020, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) foi de 71,33%, conforme gráfico 16. Roraima foi o estado que apresentou a maior proporção de municípios nessa condição (93,33%).

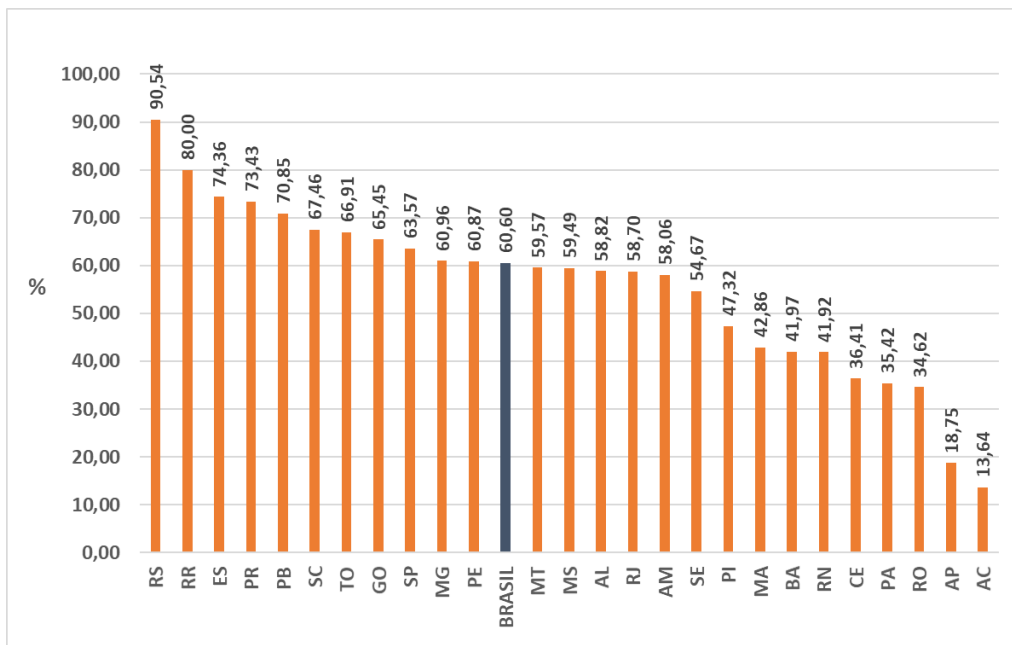
Gráfico 16 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Em 2021, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) foi de 60,60%. Rio Grande do Sul foi o estado com a maior proporção de municípios nessa condição (90,54%). O detalhamento para todas as unidades federativas está no gráfico 17.

Gráfico 17 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



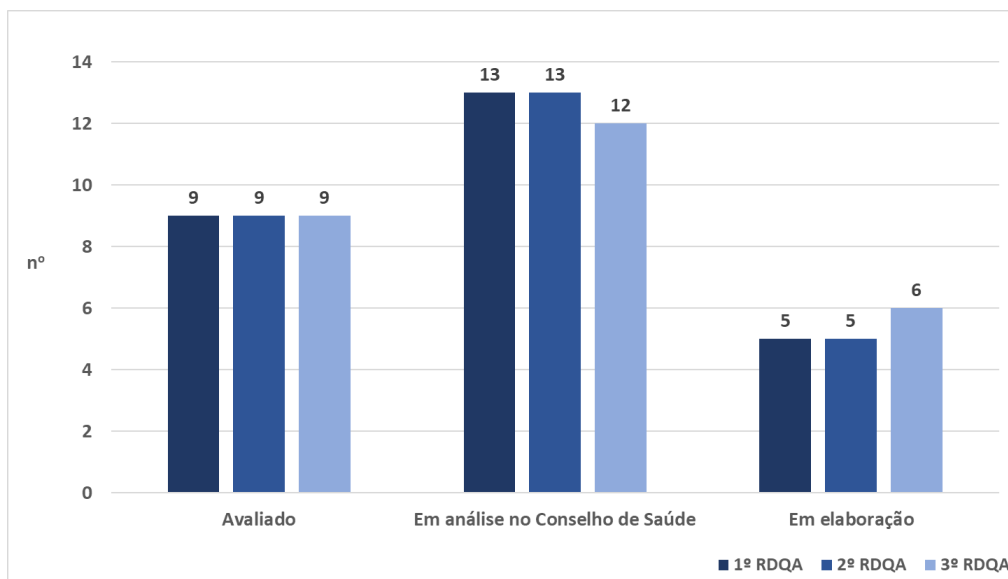
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 18.

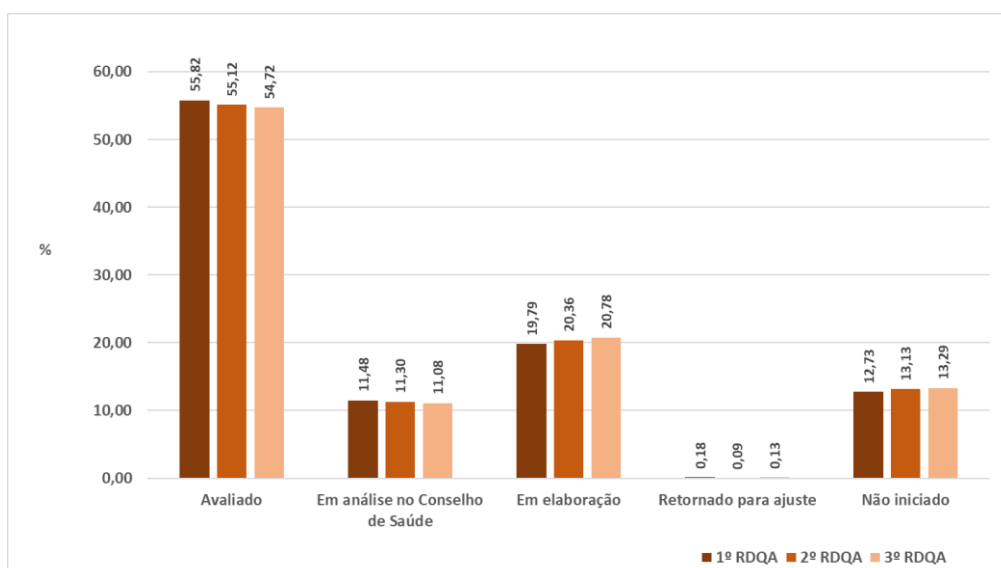
Gráfico 18 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018, 66,51% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS). O gráfico 19 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

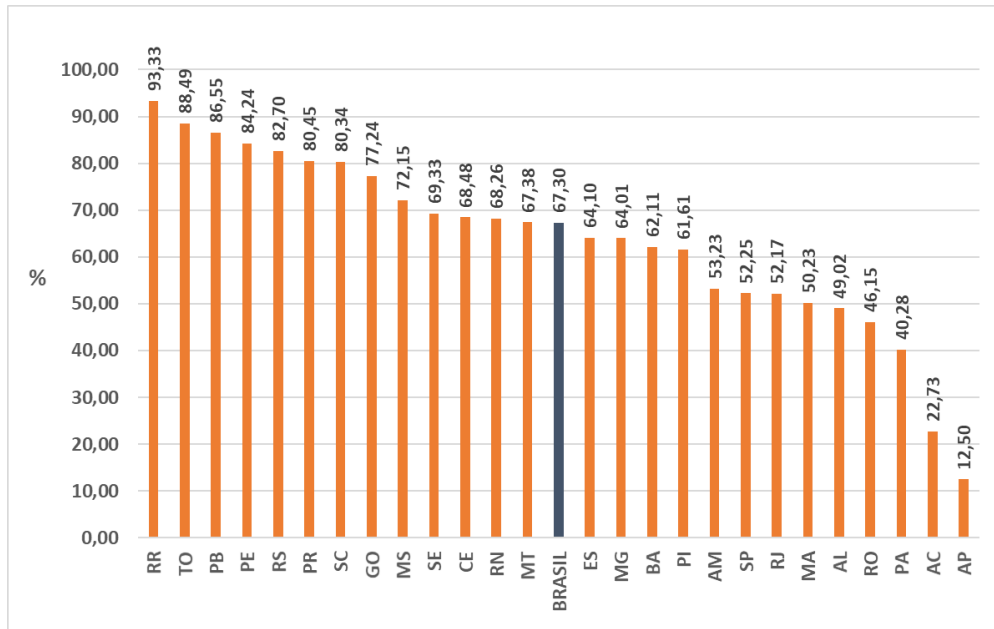
Gráfico 19 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

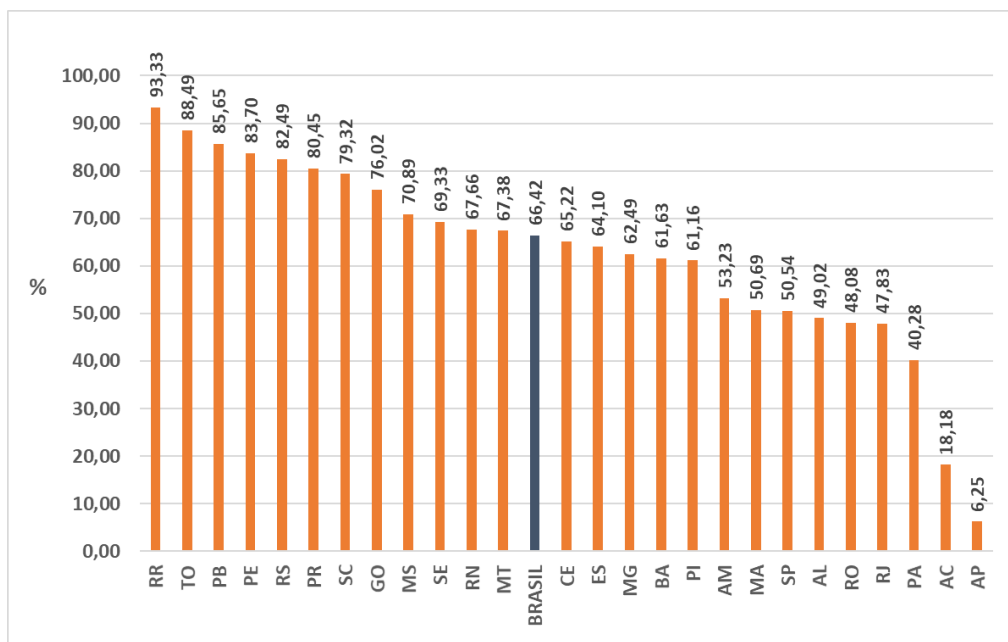
Na análise por estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2018. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (67,30%), 2º RDQA (66,42%) e 3º RDQA (65,80%). Os dados são apresentados no gráficos 20, 21 e 22.

Gráfico 20 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



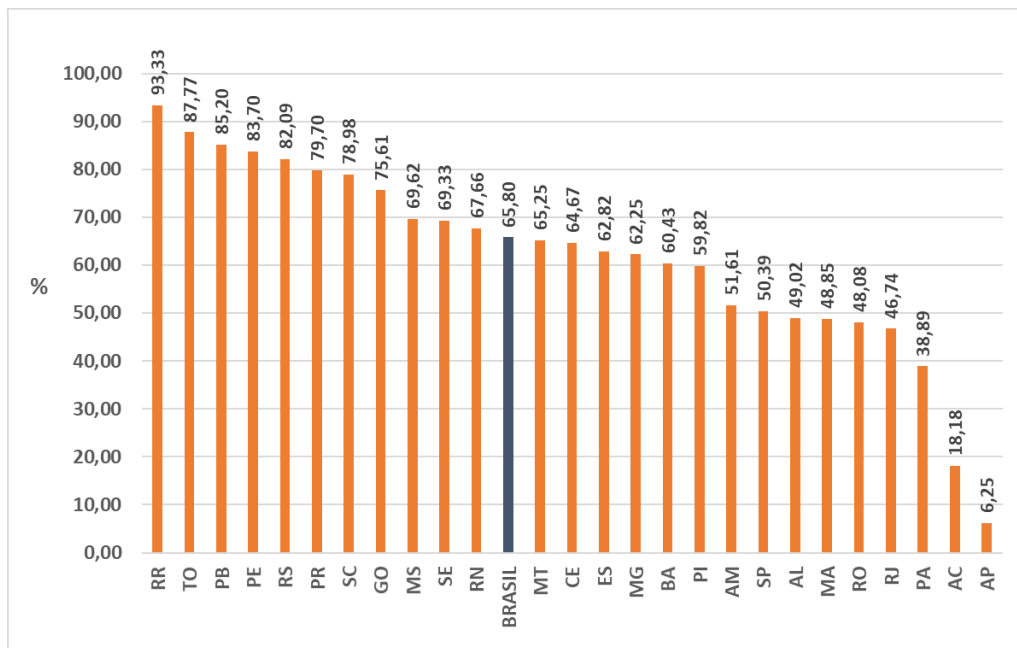
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 21 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 22 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado

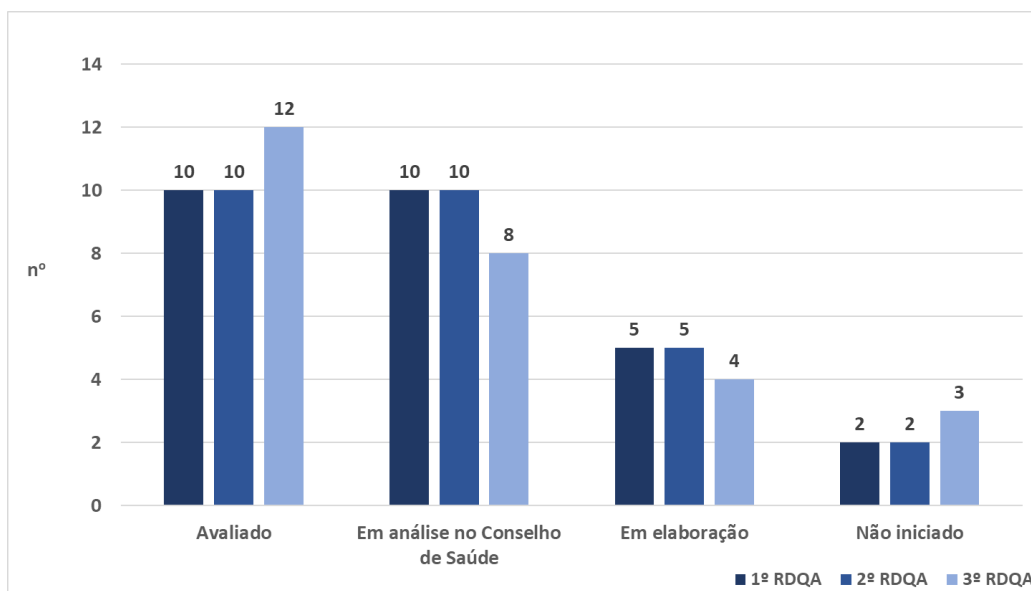


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

RDQA de 2019

Sete unidades federativas ainda não encaminharam os RDQA para avaliação no CS nos três quadrimestres de 2019. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 23.

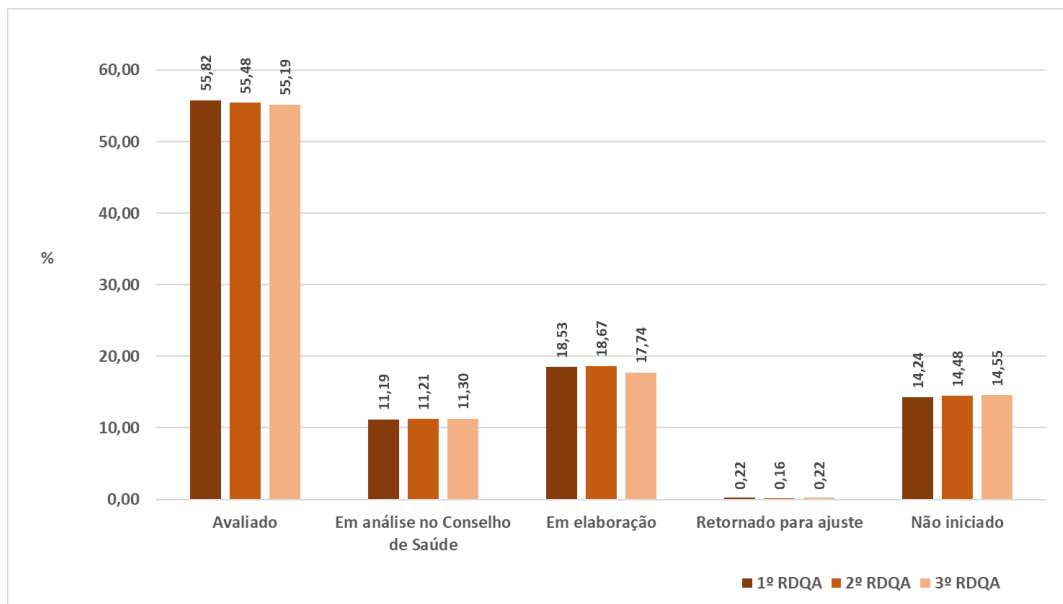
Gráfico 23 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo *status* (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

A mesma análise realizada para os municípios aponta que a proporção dos que encaminharam os RDQA de 2019 (Avaliado + Em análise no CS) possui média semelhante à observada em 2018. A média dos três quadrimestres de 2018 foi de 66,51%, enquanto a média para os três quadrimestres de 2019 foi de 66,73%. O gráfico 24 apresenta as proporções em cada quadrimestre.

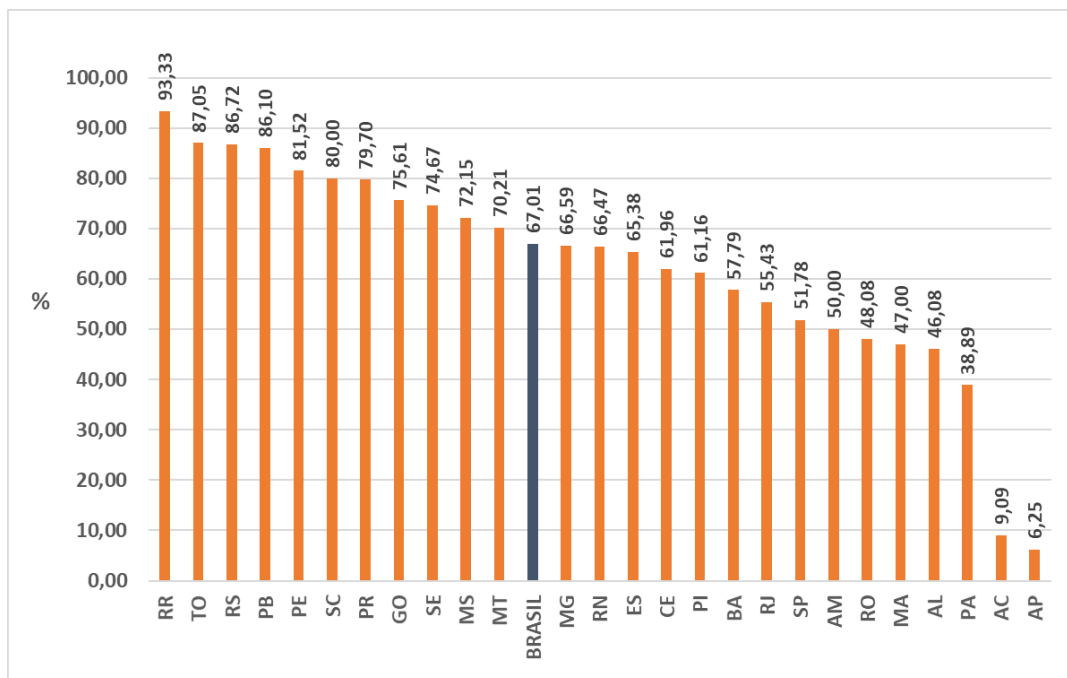
Gráfico 24 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

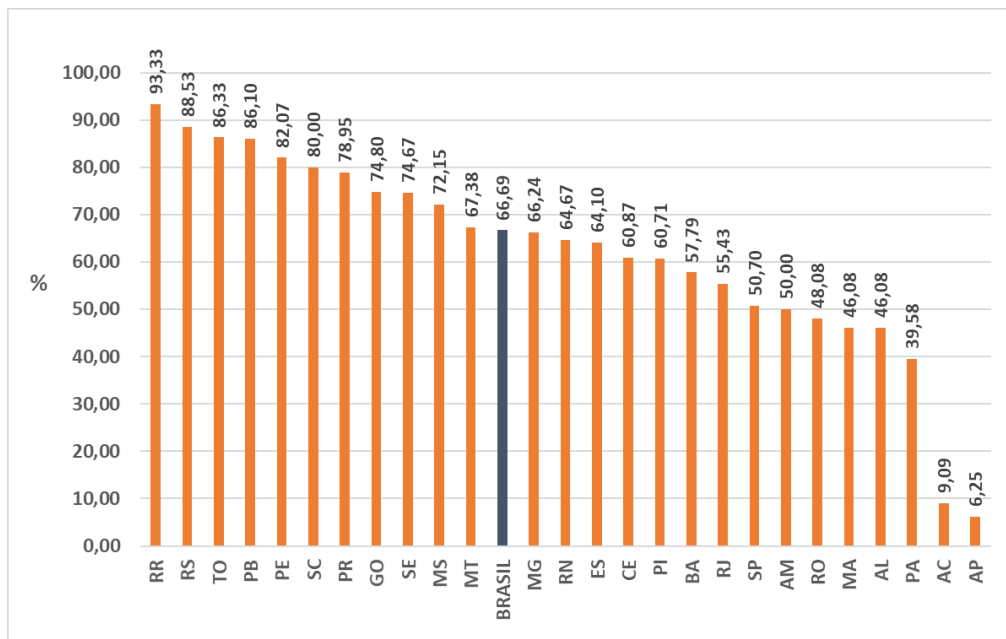
Detalhando-se as análises por cada estado, o estado de Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2019. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (67,01%), 2º RDQA (66,69%) e 3º RDQA (66,49%). Os dados são apresentados no gráficos 25, 26 e 27.

Gráfico 25 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



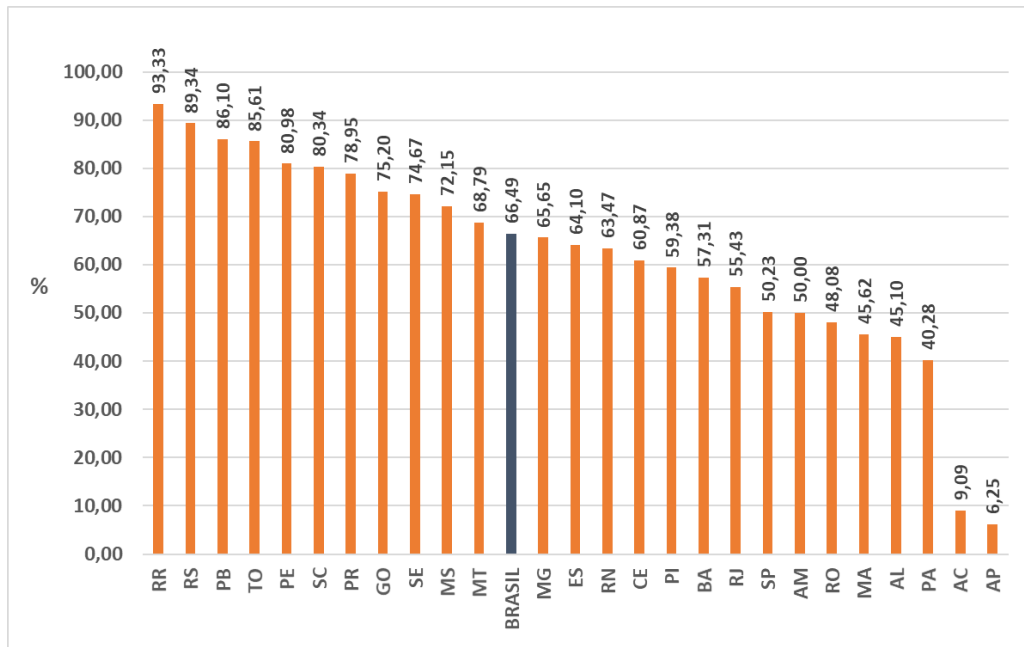
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 26 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 27 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado

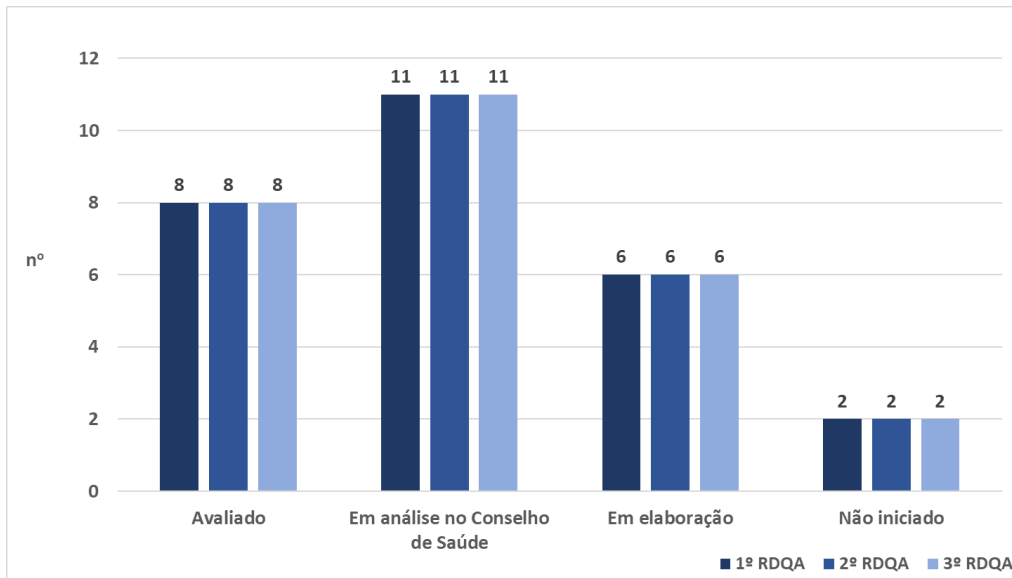


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

RDQA de 2020

Conforme o gráfico 28, o quantitativo de unidades federativas que encaminharam os RDQAs de 2020 para avaliação no conselho de saúde é semelhante nos três quadrimestres. Oito unidades federativas não tinham finalizado a elaboração dos RDQA no DGMP.

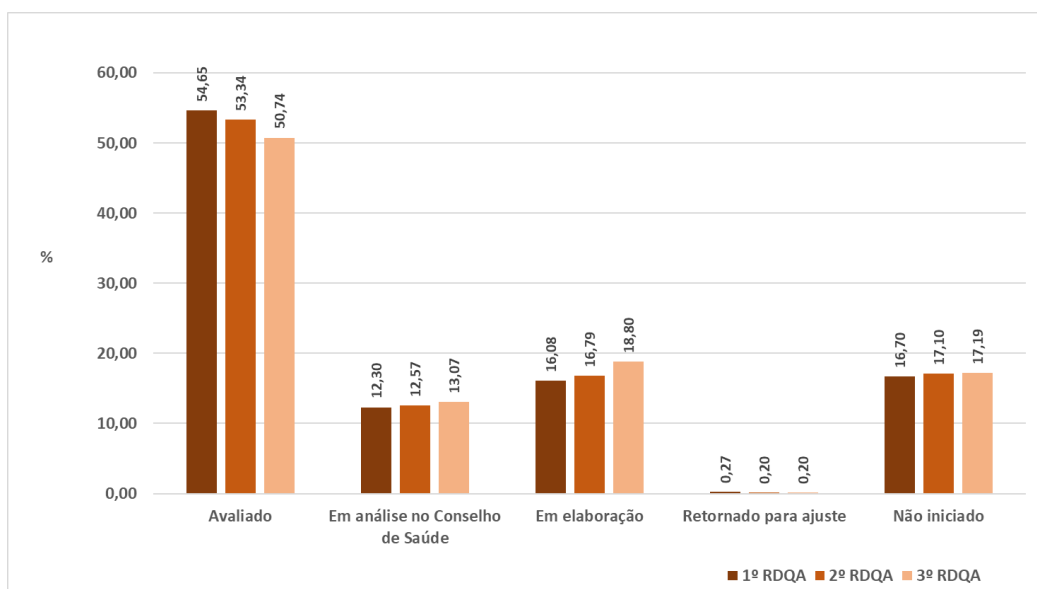
Gráfico 28 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Em relação aos municípios, verifica-se que 66,95% encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no CS. Esse percentual cai para 65,91% e 63,81% no 2º RDQA e 3º RDQA, respectivamente (gráfico 29).

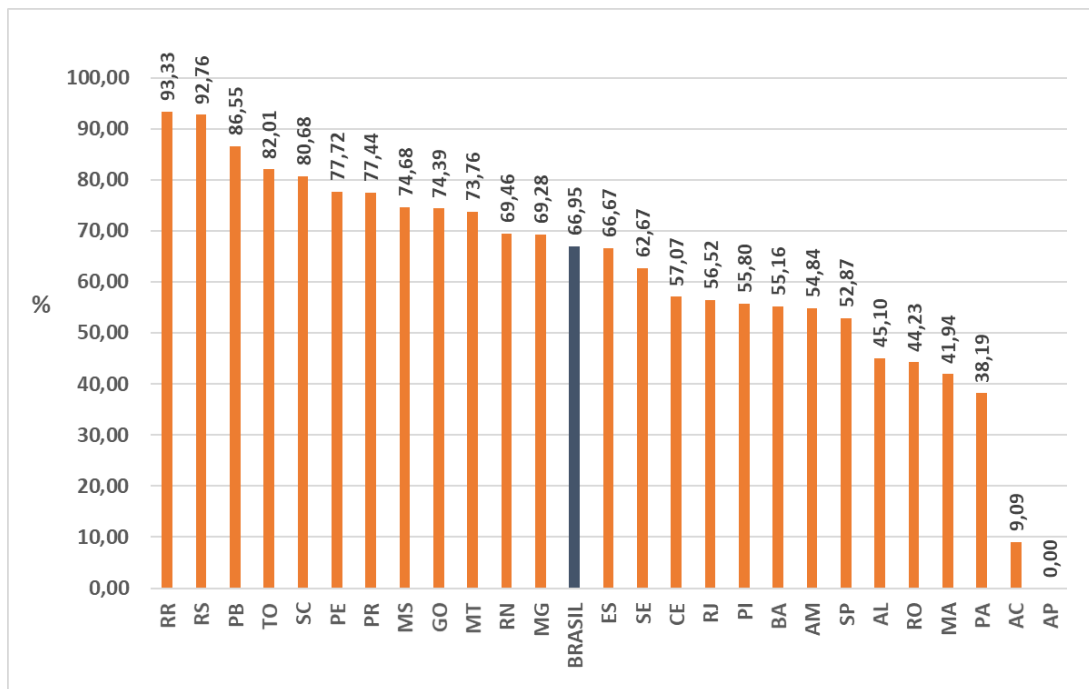
Gráfico 29 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

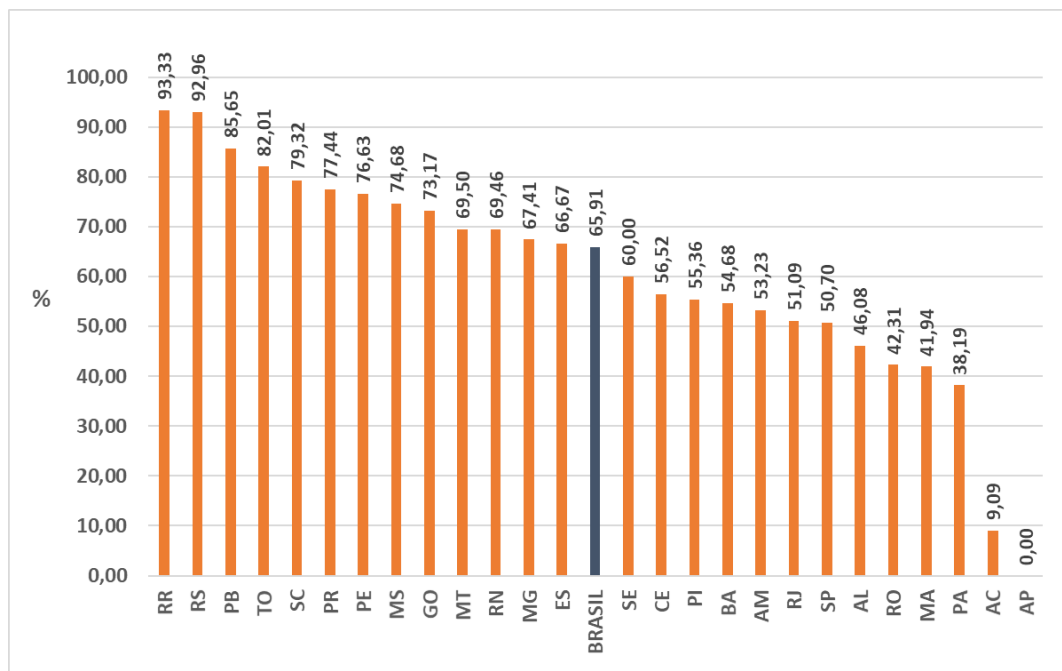
Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2020, no detalhamento de análise por estado. Os dados são apresentados no gráficos 30, 31 e 32.

Gráfico 30 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



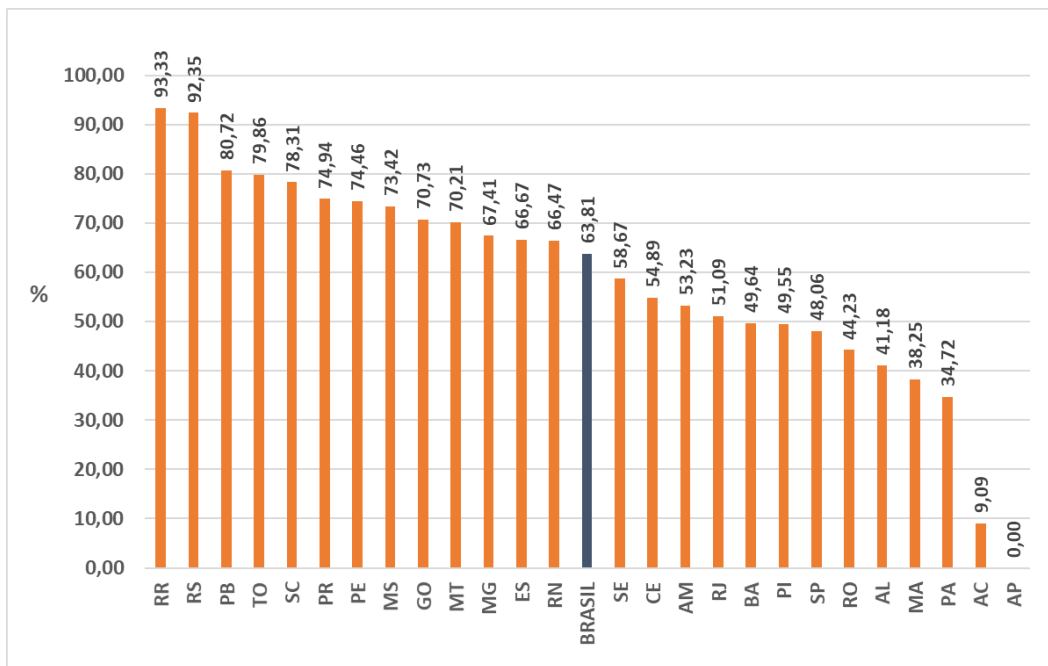
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 31 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 32 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado

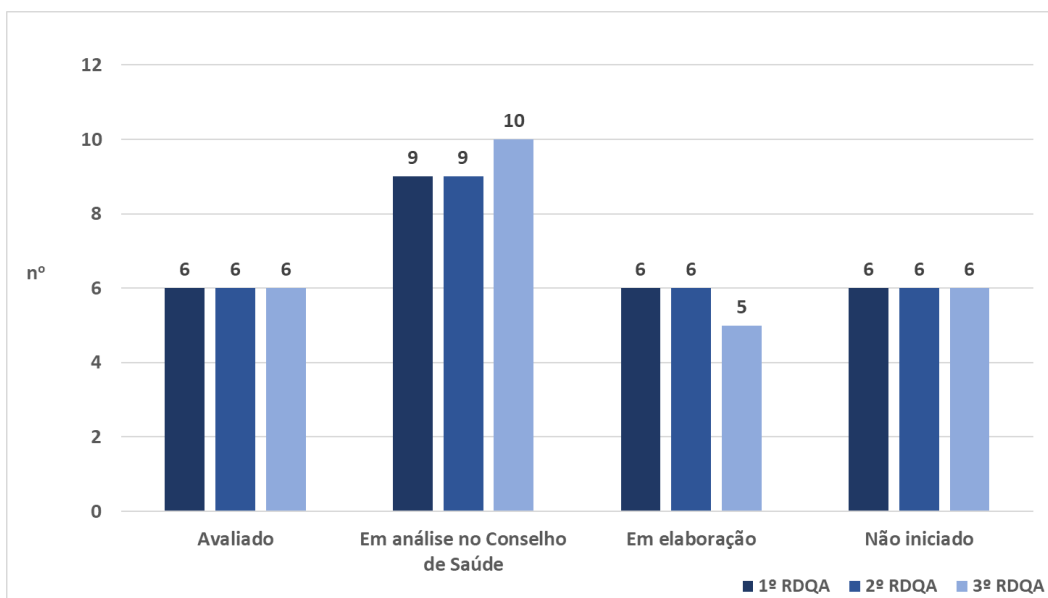


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

RDQA de 2021

Com relação aos três RDQA de 2021, seis unidades federativas não haviam iniciado o registro dos três RDQA no DGMP (gráfico 33).

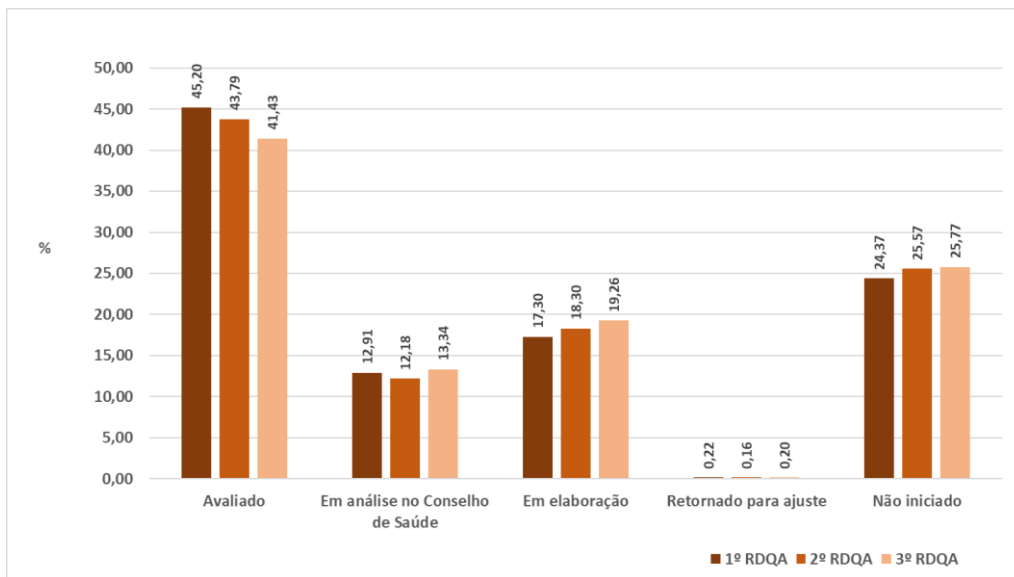
Gráfico 33 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Para os municípios, observou-se que 58,11%; 55,97% e 54,77% encaminharam, respectivamente, o 1º RDQA, o 2º RDQA e o 3º RDQA de 2021 para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS). Em média, cerca de 43,72% dos municípios não haviam finalizado o registro nos três quadrimestres (gráfico 34).

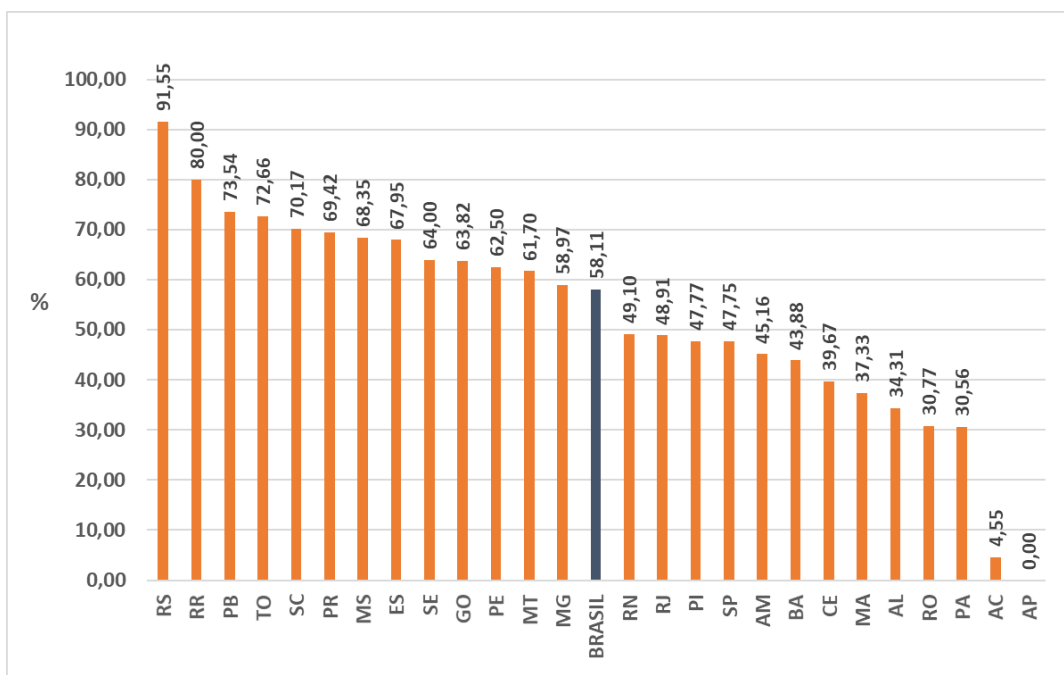
Gráfico 34 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

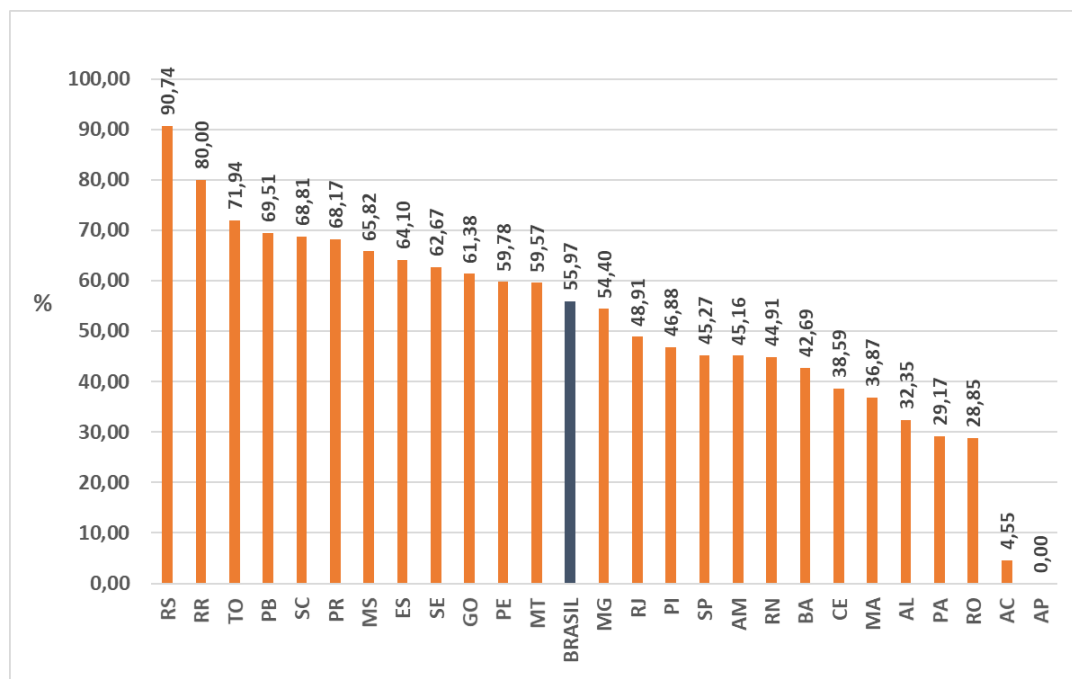
Na análise por cada estado, observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2021. Os dados estão apresentados no gráficos 35, 36 e 37.

Gráfico 35 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



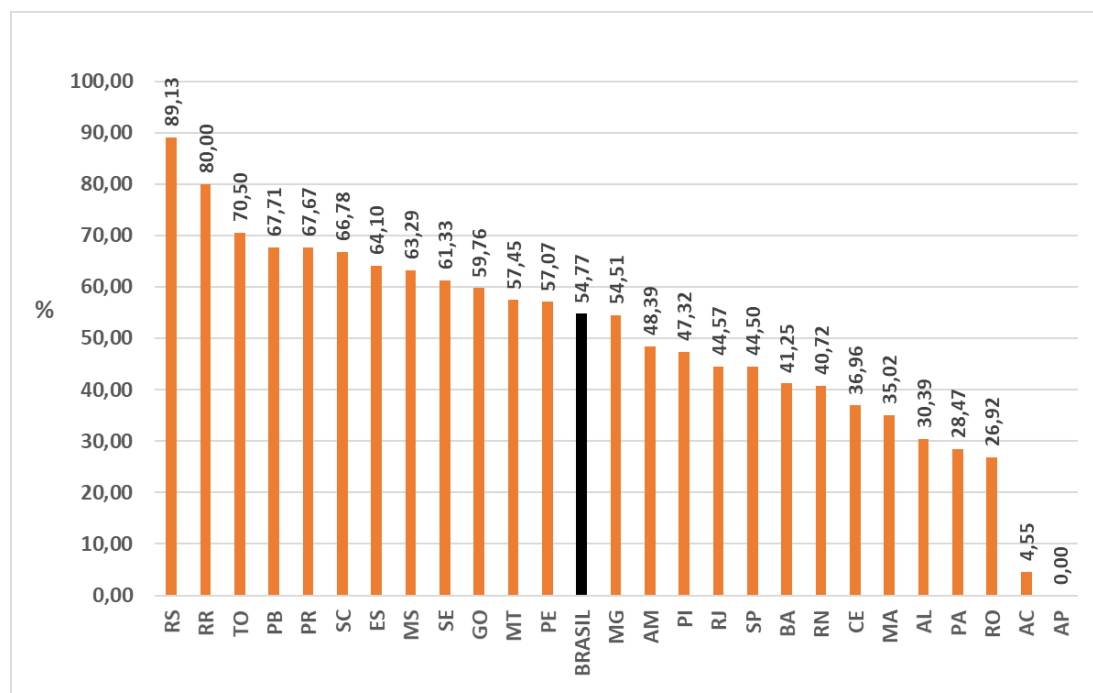
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 36 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Gráfico 37 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado

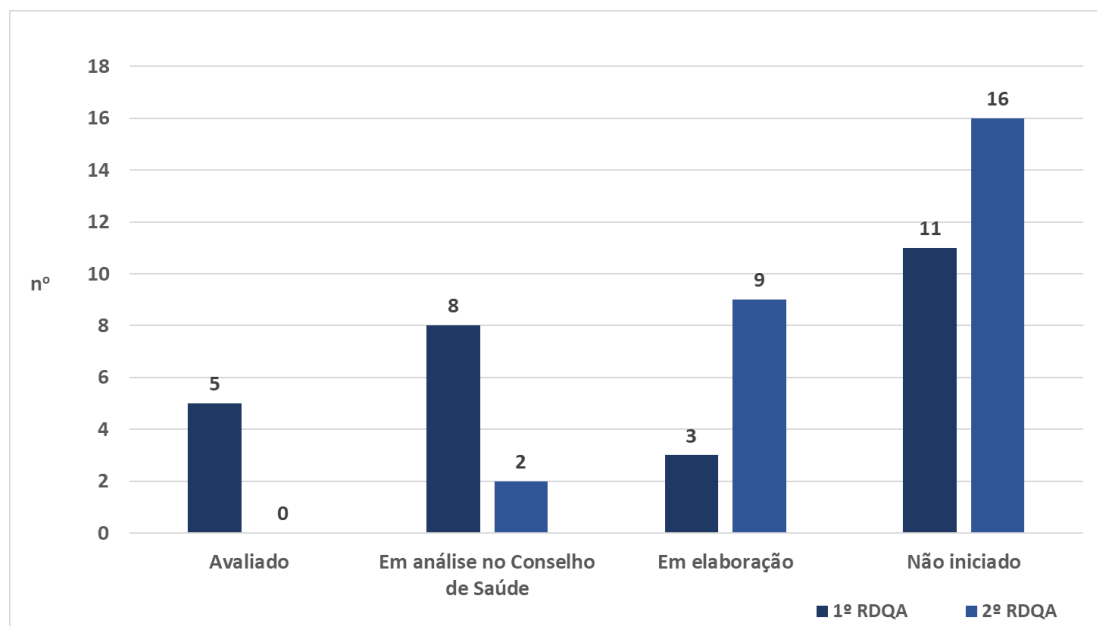


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

RDQA de 2022

Com relação ao ano de 2022, observam-se que onze e dezesseis unidades federativas não haviam iniciado o registro do 1º e 2º RDQA, respectivamente, no DGMP (gráfico 38).

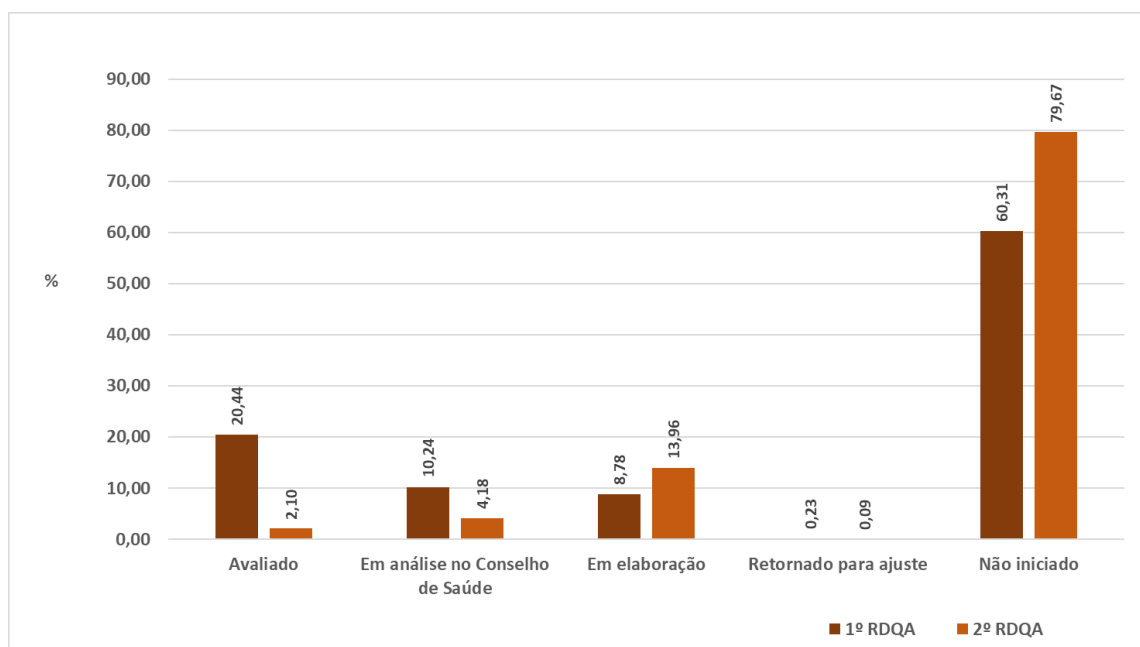
Gráfico 38 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

No âmbito municipal, verifica-se que 30,68% e 6,28% encaminharam o 1º e 2º RDQA de 2022, respectivamente, para avaliação no CS (gráfico 39).

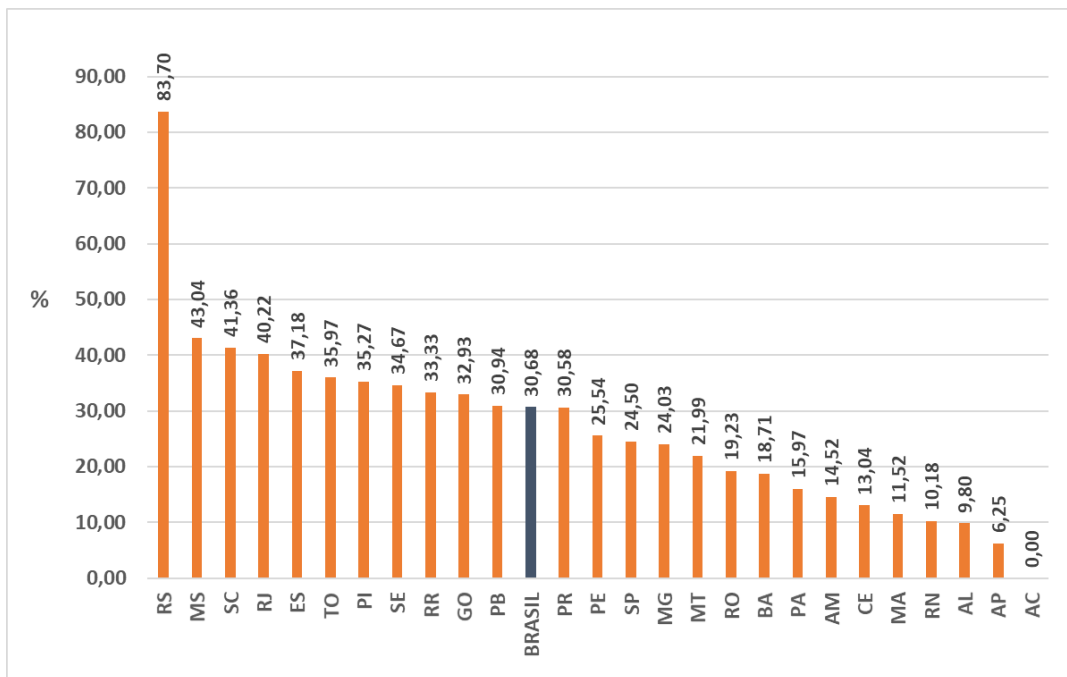
Gráfico 39 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Na análise por cada estado (gráfico 40), observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), no primeiro quadrimestre de 2022 (83,70%).

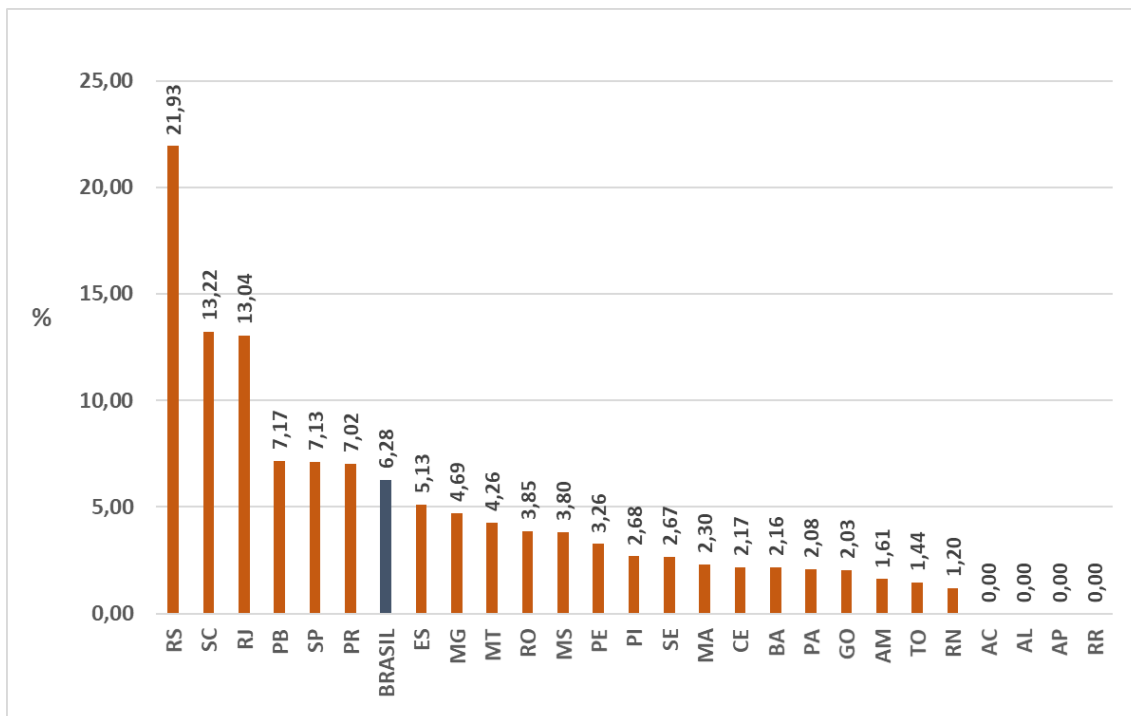
Gráfico 40 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

Da mesma maneira, o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), segundo quadrimestre de 2022 (21,93%), conforme gráfico 41.

Gráfico 41 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/09/2022

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE
SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.sau.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal